

EM JUNHO DE 2013, O CAVALO PASSOU ENCILHADO PARA OS MILITARES¹

IN JUNE 2013, THE HORSE WAS SADDLE TO THE MILITARY

Maria Celina D'Araujo

Pesquisadora visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Doutora e mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Foi professora também da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Agradeço o convite de Brena Costa de Almeida, Guilherme Ribeiro e Maria Cândida Vargas Frederico para participar deste dossiê da revista *Desigualdade & Diversidade*.

RESUMO

As jornadas de junho de 2013, por efeitos não antecipados, fortaleceram o preconceito dos militares na política como representantes mais legítimos do autoritarismo que começava a ganhar as ruas. A partir dessa ocasião, o sistema político foi ficando mais permissivo às investidas autoritárias. Este artigo mostra como a ação dos militares dentro do Ministério da Defesa (MD) foi ampliada durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), demonstrando a incapacidade da democracia brasileira em despolitizar as Forças Armadas, bem como em “civilianizar” as questões de defesa como projeto nacional, e não apenas como tarefa militar. As razões para a cumplicidade dos governos do PT com as Forças Armadas ainda é tema pouco discutido, quer por conveniências acadêmicas, quer por dificuldades conceituais.

PALAVRAS-CHAVE: Jornadas de Junho; militarismo; autoritarismo; democracia.

ABSTRACT

The Brazilian 2013 protests, due to unforeseen effects, strengthened the idea of the military in politics as the most legitimate representatives of the authoritarianism that was beginning to take the streets. From then on, the political system became more permissive to authoritarian attacks. We show in this paper how the action of the military within the Brazilian Defense Ministry (MD) was expanded during the PT governments, demonstrating the inability of Brazilian democracy to depoliticize the Armed Forces as well as to civilize defense issues as a national Project and not just as a task militar. The reasons for the complicity of the PT governments with the Armed Forces is still a little discussed topic, either for academic conveniences or conceptual difficulties.

KEYWORDS: brazilian 2013 protests; militarism; authoritarianism; democracy.

Introdução

Em artigo recente, sublinhei que a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003, com ampla adesão popular, fez com que a exaltação das qualidades potenciais da democracia brasileira deixasse em segundo plano a força subterrânea e latente do longo autoritarismo brasileiro que surpreendeu a todos em 2018, quando Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão foram eleitos para a Presidência da República (D'ARAUJO, 2021). Até então o inimigo político do PT era o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o qual não podia ser classificado de extrema direita como fazia a taxinomia petista.² Essa direita existia e começou a aparecer de corpo e alma e sem maquiagem, especialmente a partir de 2013. De fato, ela cresceu durante os governos do PT (2003-2016), em particular nos quartéis, área que nunca passou por uma efetiva acomodação aos valores da democracia nem pelo controle civil democrático (D'ARAUJO, 2017). Demandou tutela e a conseguiu, pois nunca foi contrariada em suas prerrogativas pelos governos do PT.

As jornadas de junho de 2013, por efeitos não antecipados, acabaram fortalecendo o preconceito dos militares na política como representantes mais legítimos do autoritarismo que começava a ganhar as ruas nessa ocasião. As jornadas começaram como movimento político e social de estudantes, de conteúdo democrático, exigindo mais direitos, e acabaram abrindo as portas para demandas reprimidas de vários movimentos de contestação do modelo democrático em vigor, tendo como norte o autoritarismo militar.

Este artigo, na realidade quase um ensaio, segue estruturado em duas partes. Na primeira, examinamos como, a partir dessa ocasião, o sistema político foi ficando mais permissivo às investidas autoritárias e como a régua para medir infrações contra a Constituição e a democracia foi se tornando mais plástica, mais flexível e até inútil. Na segunda, explicamos como a ação dos militares dentro do Ministério da Defesa (MD) foi ampliada durante os governos do PT, demonstrando a incapacidade da democracia brasileira em despolitizar as Forças Armadas, bem como em “civilianizar” as questões de defesa como projeto nacional, e não apenas como tarefa militar. As razões para a cumplicidade dos governos do PT com as Forças Armadas, ao mesmo tempo que conflitos abertos entre ambos são recorrentes, ainda é tema pouco discutido, quer por conveniências acadêmicas, quer por dificuldades conceituais.

² São diversas as reportagens da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, que reforçam essa categorização. A título de exemplo, ver: TOLEDO, Matheus Tancredo. Direita segue em busca de um candidato para chamar de seu. *Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2017/11/23/direita-segue-em-busca-de-um-candidato-para-chamar-de-seu/>. Acesso em: maio 2023.

A tortura relativizada

Em 1997 saiu a primeira edição do livro de memórias do general e ex-presidente Ernesto Geisel, do qual fui uma das organizadoras. Lá pela metade do livro, sobre o embate da ditadura com as esquerdas, ele faz o seguinte comentário: “Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações” (D’ARAUJO; CASTRO, 2021, p. 225). Um dia após o lançamento do livro, que teve ampla repercussão na imprensa, recebi telefonema do advogado e deputado federal Luiz Alberto Greenhalgh, eleito pelo PT em São Paulo e membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Comunicava que a obra fazia apologia da tortura e como tal deveria ser recolhida das livrarias ou ter seu conteúdo alterado para nova impressão. Expliquei que eram palavras do general que não poderiam ser omitidas, pois configuraria censura, o que também era proibido. A saída negociada foi adicionar uma nota no início do livro transcrevendo o que a Constituição da época, acertadamente, dizia a respeito da tortura. Assim, atendendo ao solicitado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em ofício nº 1.192/97-P, reproduzimos dois incisos do artigo 5º da Constituição que estavam assim redigidos: “III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; e, “XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura [...]”.³ O surpreendente nesse caso é que aponta para o quanto o cuidado com o tema da tortura ainda era importante para a classe política, nesse final de século XX, e o quanto foi perdendo fôlego entre os parlamentares.

Entre os militares, o tema era tabu e sempre foi negado. Assim mesmo, as transgressões aos direitos humanos durante a ditadura fora objeto de duas iniciativas importantes por parte do governo nos anos 1990. A primeira foi a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Ministério da Justiça, que começou a funcionar em 1995, com o objetivo de solucionar a situação jurídica das famílias de pessoas desaparecidas durante o regime militar, ainda sem atestado de óbito. A comissão não apurou a responsabilidade individual pelas mortes e as atribuiu ao Estado, dando uma demonstração de querer reconhecer injustiças do passado autoritário sem incriminar nominalmente as Forças Armadas. Lembremos que a Lei de Anistia de 1979 não permitia – e ainda não permite – a responsabilização individual pelos crimes da ditadura (FICO, 2010). A segunda foi a criação da Comissão de Anistia, em 2002. Entre suas atribuições, estava a de analisar os pedidos de indenização formulados por pessoas impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política, no período compreendido entre setembro de 1946 e outubro de 1988, ano da Constituição.

Quando essas medidas foram tomadas houve reações nos quartéis, mas não se pode dizer que tivesse ocorrido uma crise militar. As tensões nesse campo ficaram mais claras com a chegada do PT ao poder, em 2003. Em 2004, um episódio evidencia um arranjo contraditório

³ Ver: BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 dez. 2023.

dos militares quanto à tortura quando passaram por pressão parlamentar. Por ocasião dos 40 anos do golpe de 1964, foram publicadas na imprensa fotografias que supostamente seriam do jornalista Wladimir Herzog assassinado em uma sala do Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, em 1975. Diante da repercussão na imprensa, o Serviço de Comunicação do Exército fez publicar artigo na imprensa elogiando o golpe e afirmando que “o movimento de 1964 havia sido ‘fruto de clamor popular’” e que “as medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo” e pegaram em armas. O Exército considerava a publicação das fotos como uma estratégia para reativar o tema da tortura e acionar “revanchismos”.⁴

O presidente Lula da Silva, alertado por parlamentares de que a nota endossava a violação dos direitos humanos, acionou o ministro da Defesa, o diplomata José Viegas, que embora fosse o superior hierárquico aos comandos, sequer havia sido consultado sobre a publicação da nota.⁵ Ao fim, o comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, em nova nota afirmou que o Exército “lamenta” a morte de Herzog e que o assunto não fora abordado de forma apropriada. Admitia que a primeira nota não era “condizente com o momento histórico atual”.⁶ A pergunta é: qual seria o “momento histórico atual” para o comandante? Provavelmente uma fase em que militares e governo não quisessem alavancar suas tensões sobre o passivo da ditadura militar. Um momento para não tocar no assunto, para silenciar, temendo que cobranças pela investigação dos crimes da ditadura pudessem ganhar fôlego. Ao contrário do governo anterior, o do PT inspirava menos confiança nos quartéis e, por isso, concessões mútuas seriam necessárias.

Estou chamando a atenção para dois momentos em que, por pressão parlamentar, foram tomadas iniciativas para reforçar a condenação da tortura; ou seja, a pressão política surtiu algum efeito. Depois disso, ou os políticos se calaram em situações similares ou falaram sem sucesso perante quem de direito poderia punir os infratores. Esse é um ponto pouco lembrado, mas que evidencia de forma cristalina como o Brasil foi perdendo o pudor e a compostura e como a classe política (mas não só ela) foi ficando leniente e relativista quando se aborda o desrespeito aos direitos humanos durante a ditadura militar. O auge dessa nova fase permissiva, isenta de cuidados éticos contra a tortura e contra a ditadura, foi a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. A declaração de voto do deputado Jair Bolsonaro, constante

⁴ A palavra “revanchismo” remete ao que aconteceu na Argentina, onde os responsáveis militares pelos crimes da ditadura foram julgados e punidos.

⁵ Pelas regras militares, nenhum oficial pode se pronunciar sem o consentimento de seu superior. E em hipótese alguma pode opinar publicamente sobre assuntos políticos.

⁶ O assunto foi amplamente divulgado por grandes veículos da imprensa. Ver: DOMINGOS, Marina. Em nova nota, Exército lamenta a morte de Vladimir Herzog. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 19 out. 2004. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-10-19/em-nova-nota-exercito-lamenta-morte-de-vladimir-herzog>. Acesso em: maio 2023.

em todos os periódicos da época, evocava uma elegia às trevas: “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo.⁷ Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff”. Ustra era e é sabidamente um dos mais cruéis torturadores da ditadura. Essa declaração dentro do plenário da Câmara dos Deputados era um acinte à Constituição, à democracia, à humanidade. Era a voz da barbárie. Antes disso, em 2008, e em outras ocasiões, Bolsonaro já bestificava que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”.⁸ Bolsonaro foi interpelado no Congresso e na Justiça por esses pronunciamentos, mas nunca recebeu qualquer punição, nem mesmo simbólica. A classe política, em seu conjunto, foi esvaziando seus valores humanos, convivendo amigavelmente com a carnificina de ontem e de hoje na medida em que a política no país foi se radicalizando e ficando mais amistosa com esse tipo de crime – mas não só esse.

O coronel Ustra, recorrentemente citado por sua crueldade como torturador durante a ditadura, passou a ser defendido publicamente na mídia por meio de alguns militares da ativa, representando um duplo atentado à lei: pronunciamentos políticos de membros das Forças Armadas em atividade eram e são proibidos tanto quanto a defesa da tortura ou dos torturadores por quem quer que seja. Isso não impediu, por exemplo, que em outubro de 2015 – no governo Dilma Rousseff – o comandante Militar do Sul, Hamilton Mourão, permitisse que seus subordinados promovessem homenagem a Ustra por ocasião de sua morte e em decorrência das denúncias a ele feitas pela Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 e cujo relatório final acabara de ser entregue à nação. Mourão foi “punido” por essa tolerância dada a seus subordinados (que de fato falaram em seu nome) com uma transferência para a Secretaria de Economia e Finanças do Exército. O chefe hierárquico imediato do general era o ministro da Defesa, Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e o chefe máximo das Forças Armadas era e é o presidente da República. Como sempre, o assunto foi resolvido intramuros, de forma a não contrariar interesses e carreiras da corporação militar.

Mourão deixou o cargo em fins de 2017, quando passou para a reserva. Nas cerimônias e celebrações decorrentes, o futuro vice-presidente da República fez pronunciamentos políticos sugerindo intervenção militar.⁹ Como adendo, afirmou que iria trabalhar pela campanha de Bolsonaro à Presidência. E sempre mantendo sua impressão sobre o coronel torturador, explicava: “foi meu comandante no final dos anos 70 do século passado, e era um homem de

⁷ Foro de São Paulo é uma organização criada em 1990, em reunião promovida pelo PT, para reunir partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe, visando a enfrentar tendências neoliberais e a defender o socialismo na região.

⁸ A Folha de S.Paulo reuniu essa e mais algumas frases de teor golpista de Jair Bolsonaro em sua carreira política; disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>. Acesso em: maio 2023.

⁹ Ver: EM DESPEDIDA, general elogia Ustra e promete apoio a Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/em-despedida-general-mourao-chama-coronel-ustra-de-heroi.shtml>. Acesso em: maio 2023.

honra e um homem que respeitava os direitos humanos de seus subordinados. Então, muitas das coisas que as pessoas falam dele, eu posso te contar, porque eu tinha uma amizade muito próxima com esse homem, isso não é verdade”.¹⁰

Por essas passagens, temos um breve histórico de pronunciamentos criminosos a favor da tortura, feitos por um parlamentar e um militar, sem que sobre eles recaíssem as punições cabíveis. Os dois viriam a ser presidente e vice-presidente de um país que se acostumava a conviver com a quebra da lei, numa parceria entre os três poderes e com uma sociedade impactada e intoxicada pelas guerras digitais.

As indicações mencionadas apontam ainda que a chegada do PT ao poder, em 2003, fizeram aumentar o resíduo autoritário do país sem que as instituições democráticas fossem capazes de contê-lo. Depois de 2013, elogiar a ditadura, pedir golpe, virou conversa de esquina. Quem primeiro ocupou as praças em 2013 queria mais democracia e mais direitos (VILHENA, 2018). A dinâmica política do momento deu contornos inéditos às manifestações apropriadas que foram por uma direita que nunca tivera *glamour* popular. Como dizia Getúlio Vargas, “se o cavalo passar encilhado à minha porta eu monto”. Essa direita montou e partiu para um rodeio sem regras e sem limites.

Militarização consentida do poder

Seguindo nosso roteiro do amadurecimento do autoritarismo e da incapacidade do governo civil em controlar sua principal fonte, ou seja, os quartéis, vamos a algumas indicações importantes desse processo. Do ponto de vista da moldura institucional, a grande novidade da Nova República, em relação às Forças Armadas, fora a criação do MD, em 1999, até que em 2010 foi criado o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), uma inovação que pressupunha unidade de comando mais explícita entre as três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica). Três anos depois foi criada a Secretaria-Geral do MD. No primeiro caso, na prática, manteve-se a autonomia de cada Força e, no segundo, foi dada continuidade ao monopólio militar nos cargos desse ministério. Ou seja, as mudanças de estrutura, a exemplo da criação do MD, foram cosméticas, e o PT não conseguiu impor a autoridade civil sobre decisões orçamentárias e administrativas nas Forças Armadas (CORTINHAS; VITELLI, 2020).

O cerne da desconfiança dos militares com os governos do PT vinha, desde sempre, do fato de que alguns parlamentares do partido e representantes da sociedade insistiam na necessidade de rever a Lei de Anistia de 1979 que fora acolhida pela Constituição de 1988. De várias maneiras e por vários caminhos tentou-se rever essa lei, até que em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF)

¹⁰ Ver: SEBASTIAN, Tim. “Governo Bolsonaro lidou muito bem com pandemia”, diz Mourão. *DW*, [s. l.], 7 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/governo-bolsonaro-lidou-muito-bem-com-a-pandemia-diz-mourao/C3%A3o/a-55192189>. Acesso em: maio 2023.



a considerou constitucional. Ou seja, entendeu-se que a tortura praticada na ditadura não podia ser punida como crime, pois estava anistiada. As altas patentes militares também entendiam que o governo do PT fortalecia, como de fato o fez, o campo da esquerda na América Latina. O governo recuou, oferecendo mais espaço aos militares, como por exemplo, aumentando a militarização do MD, ministério emergente que fora entendido por muitos como espaço maior para os civis nas discussões de defesa, como acontece nas democracias estáveis.

Os governos do PT, de fato, ampliaram o MD em sua estrutura, mas pouco fizeram para empoderar os civis nessa pasta. Segundo Cortinhas e Vitelli (2020), entre 2003 e 2016, o PT promoveu um aumento de 60% no número de posições no ministério – de 818 para 1.309. Esse aumento, contudo, não foi o mesmo para militares e civis. O maior deslocamento entre o número de cargos civis e militares ocorreu na gestão do ministro Celso Amorim (2011-2015). Ele havia recebido a pasta com 48,9% de cargos ocupados por civis e a devolveu com esse percentual reduzido a 46%. Além do mais, aumentou de um para 27 o número de militares da ativa ocupando cargos civis e destinou 95 cargos civis a militares da reserva. Quando Aldo Rebelo, último ministro de Dilma Rousseff, deixou o MD, havia apenas 34,9% do total de cargos do MD ocupados por civis.

Uma aspiração entre os que entendiam a necessidade de uma carreira e de um pensamento civil no ministério da Defesa foi a criação do Instituto Pandiá Calógeras (IPC) em 2013. De fato, sempre foi um órgão marginal, nunca prestigiado pelo ministro, e acabou extinto com o fim dos governos do PT. Ainda segundo Cortinhas e Vitelli (2020, p. 193): “Quando criado, o Instituto era, em toda a estrutura do MD, o único órgão composto exclusivamente por civis e funcionou, ao menos de 2013 ao início de 2016, como *think tank* do ministério, estabelecendo parcerias nacionais e internacionais”.

Todos os sete ministros da Defesa dos governos do PT foram civis, tradição iniciada quando da criação do MD pelo governo Fernando Henrique Cardoso: José Viegas Filho, diplomata; José Alencar, político e vice-presidente da República; Francisco Waldir Pires, político de esquerda; Nelson Jobim, político e jurista; Celso Amorim, diplomata de esquerda; e Jaques Wagner, do PT, e Aldo Rebelo, do PCdoB. Disso resultam duas observações. A primeira é que a existência de ministros civis na Defesa não acarreta maior “civilianização” da pasta. A segunda é que políticos de esquerda foram os mais generosos em ampliar o espaço dos militares. Destacamos que nenhum deles tinha *expertise* nos assuntos militares e que cada um tomou posse em momentos de crise entre governo e militares como forma de apaziguar a gravidade da tensão de cada momento.

Dilma Rousseff ainda cedeu aos comandantes das Forças quando manteve com eles a decisão de promover oficiais depois de tentar passar essa função para o ministro da Defesa (VITELLI, 2021). As concessões foram muitas. Por exemplo, quando criou a Comissão da Verdade, os comandantes militares se reuniram com o ministro da Defesa para manifestar a sua

indignação com a iniciativa. O ministro da Defesa foi solidário com as preocupações dos comandantes que se recusaram a colaborar com as investigações, mesmo sabendo que a comissão não teria, dentro do pacto constitucional vigente, poder para responsabilizar individualmente alguém por crimes da ditadura. O relatório final da comissão também foi contestado pelos militares, que fizeram de seu clube recreativo, o Clube Militar, um porta-voz ostensivo.

Outros exemplos poderiam ser trazidos para mostrar a tensão e a ambiguidade entre a esquerda brasileira e as Forças Armadas. Militares e esquerdas guardam suas semelhanças. A principal é partilhar da ideia de que para se impor a soberania nacional é necessário contar com um Exército forte. Um Estado que possa comandar a economia nacional em modelos estatizantes. Não à toa Bolsonaro, durante seus 27 anos como deputado federal, votou junto com o PT em matérias que envolviam risco a empresas estatais. A direita civil, por sua vez, cultiva a idolatria às Forças Armadas por representarem o poder da coerção, da ordem, da disciplina e do combate à esquerda, mas cultiva ideais de livre mercado (quando lhe convém). Ou seja, as Forças Armadas têm pontos de apoio em diferentes espectros do campo político e ainda são uma das instituições mais prestigiadas do país. Mantém-se como um campo de atração para várias matizes políticas e ideológicas e continuam sendo acionadas para projetos de poder de cunho autoritário – além das continuadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs).

Do ponto de vista da política social e econômica, Dilma Rousseff iniciou aquilo que chamou de “contabilidade criativa”; na prática, um represamento de preços de bens básicos, como luz e gasolina, ao mesmo tempo que o país aplicava vultuosos gastos na preparação da infraestrutura para receber a Copa do Mundo em 2014. Sintomaticamente, os primeiros jovens a saírem às ruas em junho de 2013 tinham como uma de suas bandeiras querer “saúde e educação padrão Fifa”. Houve, assim, um conjunto de circunstâncias que convergiram para atacar o governo e o PT, o que não significava dizer que o *impeachment* fosse inexorável. O que ficava claro era que os militares ofereciam o principal argumento de autoridade para a oposição.

Crise política e crise moral são a dose de cicuta certa para comprometer a democracia. Desde Adam Smith, Hume, Kant e outros, para ficarmos apenas entre os modernos, a moralidade é constitutiva da civilidade e, portanto, da sociedade. E esse caráter foi se perdendo até seu clímax com o governo Bolsonaro.

Em suma, no centro do culto às armas quem perde é a democracia. Junho de 2013, que começou como uma boa-nova, deu margem a um processo não antecipado em que a direita conservadora e autoritária conseguiu chegar ao poder com o apoio explícito dos militares, praticando uma métrica elástica que desrespeitou a lei e as boas práticas sociais. O lugar das Forças Armadas na democracia brasileira ainda está longe de ser resolvido, não por falta de opositores, mas por excesso de alianças. Aproveitando essa ambivalência no campo da política, os militares vão reunindo força e argumentos para manter sua autonomia.

Referências

- CORTINHAS, Juliano da Silva; VITELLI, Maria Gisela. Limitações das reformas para o controle civil sobre as Forças Armadas nos governos do PT (2003-2016). *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 187-216, jul./dez. 2020.
- D'ARAUJO, Maria Celina. A persistente primazia política da corporação militar. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 41-54, 24 jun. 2017.
- D'ARAUJO, Maria Celina. O autoritarismo eterno e o Brasil do século XXI. *Mundos Plurales: Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, [s. l.], v. 8, p. 85-103, 2021.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora; Santa Maria: Editora UFSM, 2021.
- FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, DF, n. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.
- VILHENA, Oscar. *A batalha dos poderes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- VITELLI, M. Back to basics: assessing military involvement in politics in contemporary Brazil. *Brasíliana – Journal for Brazilian Studies*, [s. l.], v. 10, n. 2, 2021.